



## CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

### PROCURADORIA

**PROCESSO:** [00600-00025345/2025-64-e](#)

**PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO Nº 93/PG/CMPV/2025**

**INTERESSADO: DAF/CMPV - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OS SERVIÇOS DE CONFECCÃO E FORNECIMENTO DE CAPAS PERSONALIZADAS PARA PROJETOS LEGISLATIVOS**

Ilustre Presidente,

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa foram encaminhados os autos do processo [00600-00025345/2025-64-e](#), para análise e parecer relativo à possibilidade jurídica de contratação através de dispensa licitatória.

Trata-se de processo referente a **Contratação de empresa especializada para os serviços de confecção e fornecimento de Capas personalizadas para projetos legislativos para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho- CMPV por um período de 12 (doze) meses** conforme especificações e quantidades estabelecidas no **Termo de Referência Nº 005/2025** em seu Anexo.

No decorrer da instrução processual, minutou-se o termo de referência e demais documentos legais exigidos, incluindo o relatório de cotações. A estimativa de consumo ficou estimada em **R\$ 4.200,00 ( quatro mil e duzentos reais)**

Em sua manifestação, o Setor de Compras opinou que a compra fosse efetivada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Por sua vez, a Presidência solicitou desta Procuradoria a análise jurídica e posterior manifestação técnica.

Quanto à possibilidade de contratação mediante dispensa licitatória, a Lei nº 14.1333, de 1º de

abril de 2021 aumentou os valores limites para contratação por dispensa de licitação, conforme se depreende da leitura do artigo 75 da referida lei:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) no caso de obras e serviços de engenharia e R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para contratação no caso de outros serviços e compras.

Compulsando os autos, verifica-se que o MENOR VALOR para a contratação foi de R\$ R\$ 4.200,00 ( quatro mil e duzentos reais), apresentado pela empresa M & M GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ nº 01.176.195/0001-98. Ressalta-se que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Considerando que o processo está devidamente instruído e a despesa possui previsão orçamentária, esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por **DISPENSA**, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.

À Controladoria para parecer técnico.

É o Parecer, s.m.j

Porto Velho, 23 de Julho de 2025.

**ROSEMERI PROENÇO**

Procuradora-Geral Adjunta da CMPV

**DECRETO Nº 337/CMPV-2025**



Assinado por **Rosemeri Proenço** - Procuradora Geral Adjunta - Em: 23/07/2025, 11:19:55